Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, instituída pela Lei Municipal nº 871, de 17 de julho de 1967, com alterações posteriores, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didática, pedagógica, científica, tecnológica, administrativa, financeira e disciplinar, exercida na forma da lei e dos seus estatutos, com sede e foro na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

A FURJ tem por finalidade manter a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE e o Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região – INOVAPARQ.

As instituições mantidas pela FURJ objetivam o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da prestação de serviços.

A FURJ poderá, visando ao desenvolvimento de suas atividades institucionais, criar restaurantes, lanchonetes, bistrôs, laboratórios, museus, editoras, livrarias, agências, farmácias, clínicas, estabelecimentos de promoção de marketing e práticas comerciais, atividades esportivas, culturais, artísticas, ambientais, de saúde e emissoras de televisão e radiodifusão educativa.

A FURJ poderá prestar serviços de consultorias, assessorias, treinamentos, análises laboratoriais e ambientais, produzir e comercializar produtos e serviços; promover eventos e locar espaços para a obtenção de receitas; desde que revertam para a consecução de seus objetivos e finalidades.

2. Base de preparação

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão pela Controladoria, em 05 de março de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.2. Normas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07, 11.941/09, 11.096/2005, 12.101/2009 e Resolução CFC n. 1.185/2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com a Resolução CFC n. 1.409/2012, que aprovou a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 R1- Entidade Sem Finalidade de Lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2. Contas a receber de clientes

Representam, basicamente, aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Instituição.

As contas a receber inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. Normalmente na prática são reconhecidas pelo valor de emissão ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment*, se necessário.

3.3. Estoques

Os estoques referem-se a materiais didáticos, de manutenção em geral e de livros produzidos pela Editora, suficientes para o andamento das atividades da Instituição. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que é inferior ao valor de mercado.

3.4. Despesas antecipadas

Composto por apropriações de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos pagos antecipadamente.

3.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment* se houver).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é incluído no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esse custo e que possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

c) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	40
Máquinas	7 a 30
Veículos	5 a 20
Móveis e Utensílios	15
Equipamentos de Informática	5 a 20
Acervo Bibliográfico	15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.6. Intangível

Os softwares são reconhecidos pelo custo, que compreende seu preço de compra mais qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos dos softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil, que foi estimada em 10 anos, pelo método da linha reta.

3.7. Valor recuperável (Impairment) de ativos não-financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não-financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo.

3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.10. Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais, inclusive subvenções não monetárias a valor justo, somente são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a Instituição cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Uma subvenção governamental é reconhecida em base sistemática como receita ao longo do período que é confrontada com as despesas que pretende compensar.

3.12. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, sendo utilizado o ajuste a valor presente quando aplicável.

3.13. Apuração do superávit (déficit)

As receitas, custos e despesas da entidade encontram-se registradas a valores originais e de acordo com o regime de competência.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.14. Aspectos fiscais

A Fundação, na condição de educação e assistência social sem finalidade de lucros, goza da imunidade tributária no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 150, inciso V, alínea "c" da CF/88), sendo também detentora da isenção tributária sobre as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social enquanto entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (art. 195, § 7º da CF/88), atendendo também aos requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional para a manutenção destas imunidades/isenções, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

3.15. Gerenciamento de risco dos instrumentos financeiros

Em atendimento às Resoluções CFC nos 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, de 21 de outubro de 2009, que aprovaram os Pronunciamentos Técnicos CPC nos 38 e 39, a Instituição revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização;
- b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado;
- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado;
- d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis;
- e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Instituição realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Instituição monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16. Instrumentos financeiros

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

- Estimativa do valor justo
- Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

	31/12/20	19	31/12/20	18
Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
			_	
4	30.706.326	30.706.326	29.865.272	29.865.272
5	33.668.623	33.668.623	30.948.333	30.948.333
6	6.504.460	6.504.460	6.208.340	6.208.340
	70.879.409	70.879.409	67.021.945	67.021.945
5	9.077.514	9.077.514	5.186.810	5.186.810
	9.077.514	9.077.514	5.186.810	5.186.810
	79.956.923	79.956.923	72.208.755	72.208.755
	31/12/20	19	31/12/20 ⁻	18
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	2.573.736	2.573.736	2.495.672	2.495.672
10	1.179.517	1.179.517	230.940	230.940
	3.753.253	3.753.253	2.726.612	2.726.612
	0	0	0	0
10	•	ŭ	-	0
10				
10	4.071.493	4.071.493	0	0
	4 5 6 5	Nota Valor contábil 4 30.706.326 5 33.668.623 6 6.504.460 70.879.409 5 9.077.514 9.077.514 9.077.514 79.956.923 31/12/20 Valor contábil 10 1.179.517 3.753.253	4 30.706.326 30.706.326 5 33.668.623 33.668.623 6 6.504.460 6.504.460 70.879.409 70.879.409 5 9.077.514 9.077.514 9.077.514 9.077.514 9.077.514 79.956.923 79.956.923 31/12/2019 Valor contábil Valor justo 2.573.736 2.573.736 1.179.517 1.179.517 3.753.253 3.753.253	Nota Valor contábil Valor justo Valor contábil 4 30.706.326 30.706.326 29.865.272 5 33.668.623 30.948.333 6 6.504.460 6.504.460 6.208.340 70.879.409 70.879.409 67.021.945 5 9.077.514 9.077.514 5.186.810 9.077.514 9.077.514 5.186.810 79.956.923 79.956.923 72.208.755 31/12/2019 31/12/20 Valor contábil Valor justo Valor contábil 10 1.179.517 1.179.517 230.940 3.753.253 3.753.253 2.726.612

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados como segue:

Descrição	2019	2018
Caixa	_	
Caixa	40.750	4.373
Contas correntes		
Recursos sem restrições	1.030.839	1.004.559
Recursos com restrições	108.935	115.714
Aplicações financeiras		
Recursos sem restrições	22.610.467	26.576.292
Recursos com restrições	6.915.335	2.164.334
Total	30.706.326	29.865.272

As disponibilidades da Fundação só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2019 a Fundação mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., XP Investimentos Corretora De Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Safra S.A.

As aplicações de liquidez imediata da Fundação, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Fundação.

Os recursos classificados como – com restrições, referem-se a recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos e convênios.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão representadas como segue:

Descrição	2019	2018
Contas a receber de clientes	29.933.780	30.395.875
Contas a receber - convênios	6.151.058	3.700.108
Impairment (provisão para perdas) CP	(2.416.215)	(3.147.650)
Contas a receber de clientes	33.668.623	30.948.333
Parcela circulante	33.668.623	30.948.333
Pró-estudante	14.084	34.405
Prefeitura Municipal de Joinville	11.268.343	11.268.343
Cursos de graduação e outros	649.222	389.343
Credies Fundacred	7.043.473	3.370.254
AVP de clientes (–)	(141.625)	(90.003)
Fies Bloqueio de risco	1.512.358	1.482.810
Impairment (provisão para perdas) LP	(11.268.342)	(11.268.342)
Parcela não circulante	9.077.513	5.186.810
Total geral	42.746.136	36.135.143

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição das contas a receber por vencimento:

	2019	2018
Títulos vencidos		
Até 30 dias	1.324.894	1.423.225
De 30 a 60 dias	973.242	1.091.501
De 60 a 180 dias	3.794.273	3.385.263
Acima de 180 dias	20.745.563	19.212.912
Total de títulos vencidos	26.837.972	25.112.901
Títulos a vencer		
Até 90 dias	5.131.745	4.184.226
Acima de 90 dias	10.776.419	6.838.016
Total de títulos a vencer	15.908.164	11.022.242
Total de contas a receber	42.746.136	36.135.143

Em relação ao saldo de R\$ 11.268.342 a receber, a Instituição tem ação movida contra a Prefeitura Municipal de Joinville, por conta dos repasses da Lei Orgânica Municipal, com processo nº 038.08.009163-3, para cobrir eventuais perdas de realização a administração constituiu provisão para devedores duvidosos com base na avaliação dos assessores jurídicos.

6. Outras contas a receber

Estão representados como segue:

Descrição	2019	2018
Créditos a funcionários	5.538.297	5.398.406
Adiantamentos a terceiros	183.489	4.690
Outros créditos	782.674	805.244
Total	6.504.460	6.208.340

7. Estoques

Os estoques estão representados como segue:

Descrição	2019	2018
Materiais de expediente	20.519	17.645
Materiais de informática	20.423	22.293
Materiais odontológicos	35.672	63.303
Materiais de limpeza	3.772	3.068
Materiais para brindes	15.466	5.886
Materiais de manutenção	21.559	15.700
Estoque de livros	56.988	64.238
Total	174.399	192.133

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado----continua

O imobilizado está representado como segue:

Bens de uso próprio

Descrição	Saldo em 31/12/2018	(+) Adições	(-) Baixas inativos	(-) Baixas venda	(-) Ajuste	(+/-) Transferência	Saldo em 31/12/2019
Custo	31/12/2010	(+) Adições	(-) Baixas mativos	(-) Daixas veilua	(-) Ajuste	Transierencia	Oaldo elli 31/12/2013
Terrenos	130.203.425						130.203.425
	108.827.477	4.323.778	(120.250)	-	-	-	113.021.005
Edificações e Benfeitorias			(130.250)	-	-	-	
Laboratórios	10.771.688	1.002.262	(52.528)	-	-	-	11.721.422
Móveis e Utensílios	8.129.336	461.049	(149.400)	(= 000)	-	-	8.440.985
Veículos	457.248	210.626	(00.00=)	(5.000)	-	-	662.874
Máquinas e Aparelhos	7.470.817	318.747	(20.237)	-	-	-	7.769.327
Equipamentos de Informática	8.430.176	713.843	(67.825)	-	-	-	9.076.194
Acervo Bibliográfico	3.456.348	56.701	-	-	-	-	3.513.049
Outros bens móveis	77.149	-	-	-	-	-	77.149
Obras em Andamento	4.441.839	(933.429)	-				3.508.410
Total	282.265.503	6.153.577	(420.240)	(5.000)	-	-	287.993.840
Depreciação							
Edificações e Benfeitorias	(32.410.824)	(3.296.433)	25.685	_	_	-	(35.681.572)
Laboratórios	(7.350.936)	(462.924)	49.755	_	-	-	(7.764.105)
Móveis e Utensílios	(5.694.772)	(333.038)	135.904	_	-	-	(5.891.906)
Veículos	(204.627)	(46.679)	-	4.141	-	-	(247.165)
Máguinas e Aparelhos	(4.730.229)	(383.801)	16.974	-	-	-	(5.097.056)
Equipamentos de Informática	(5.676.147)	(1.593.950)	67.431	_	-	-	(7.202.666)
Outros bens móveis	(2.216)	(9.425)	-	_	-	-	(11.641)
Acervo Bibliográfico	(1.929.687)	(168.267)	-	-	-	-	(2.097.954)
Total	(57.999.438)	(6.294.517)	295.749	4.141	-	-	(63.994.065)
Líquido	224.266.065	(140.940)	(124.491)	(859)	-	-	223.999.775

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado----continuação

O imobilizado está representado como segue:

Bens de Uso com Restrição

Descrição	Saldo em 31/12/2018	(+) Adições	(-) Baixas inativos	(-) Baixas venda	(-) Ajuste	(+/-) Transferência	Saldo em 31/12/2019
Custo							
Laboratórios	393.341	75.533	-	-	-	-	468.874
Móveis e Utensílios	30.473	14.839	-	-	-	-	45.312
Veículos	55.792	800	-	-	-	-	56.592
Máquinas e Aparelhos	82.959	2.003	-	-	-	-	84.962
Equipamentos de Informática	89.001	13.006	(1.564)	-	-	-	100.443
Acervo Bibliográfico	7.606	-	-	-	-	-	7.606
Bens Móveis	68.000						68.000
Total	727.172	106.181	(1.564)	-	-	-	831.789
Depreciação							
Laboratórios	(44.601)	(31.866)	-	-	-	-	(76.467)
Móveis e Utensílios	(6.650)	(2.810)	-	-	-	-	(9.460)
Veículos	(28.113)	(11.201)	-	-	-	-	(39.314)
Máquinas e Aparelhos	(18.483)	(6.928)	-	-	-	-	(25.411)
Equipamentos de Informática	(63.568)	(14.317)	66	-	-	-	(77.819)
Acervo Bibliográfico	(1.630)	(532)	-	-	-	-	(2.162)
Bens Móveis	(5.855)	(6.800)					(12.655)
Total	(168.900)	(74.454)	66	-	-	-	(243.288)
Líquido	558.272	31.727	(1.498)				588.501
Total do Imobilizado	224.824.337	(109.213)	(125.989)	(859)		-	224.588.276

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado----continuação

A Instituição procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil em 31/12/2019, de acordo com os critérios a seguir. A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Instituição, que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Instituição revisou a vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Experiência da Instituição com ativos semelhantes;
- Experiência da Instituição com vendas de ativos semelhantes;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e,
- Política de manutenção, visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos internos foram o estado de conservação dos bens, a evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos e a experiência da Instituição com seus ativos.

Redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a instituição realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio (quando houver), para determinar se esses ativos sofreram perdas por *impairment*.

Esses testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Instituição realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por impairment.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Intangível

O intangível está representado como segue:

	Saldo em		(-) Baixas		Saldo em
Descrição	31/12/2018	(+) Adições	inativas	(-) Ajuste	31/12/2019
Custo					
Softwares	2.334.187	356.975	-	-	2.691.162
Amortização					
Softwares	(1.392.310)	(183.370)	-	-	(1.575.680)
Total	941.877	173.605	-	-	1.115.482
Bens de uso com restrição					
	Saldo em		(-) Baixas		Saldo em
Descrição	31/12/2018	(+) Adições	inativas	(-) Ajuste	31/12/2019
Custo					
Softwares	51.440	-		-	51.440
Amortização					
Softwares	(11.691)	(5.144)		-	(16.835)
Total	39.749	(5.144)	-	-	34.605
Total intangível líquido	981.626	168.461			1.150.087

10. Empréstimos e financiamentos

Estão representados como segue:

Modalidade	Encargos financeiros	2019	2018
Circulante			
Capital de giro	CDI + 0,18 ao mês	1.179.517	230.940
Financiamentos		-	-
Total circulante		1.179.517	230.940
Não circulante			
Capital de giro	CDI + 0,18 ao mês	4.071.493	-
Financiamentos		<u> </u>	
Total não circulante		4.071.493	-
Total de empréstimos e financ	iamentos	5.251.010	230.940
Por tipo de moeda		2019	2018
Reais		5.251.010	230.940
Total de empréstimos e financ	ciamentos	5.251.010	230.940
Por indexação		2019	2018
Taxas pré-fixadas		-	-
Taxas pós-fixadas		5.251.010	230.940
Total de empréstimos e financ			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi apresentado como garantia aplicação financeira e títulos.

Os vencimentos de longo prazo, correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2019, são os seguintes:

	2019	2018
Por data de vencimento		
Em até 6 meses	589.758	230.940
De 6 meses a 1 ano	589.758	-
De 1 a 2 anos	1.252.767	-
De 2 a 3 anos	1.252.767	-
De 3 a 4 anos	1.252.767	-
De 4 a 5 anos	313.193	
Total de empréstimos e financiamentos	5.251.010	230.940

11. Obrigações sociais

Estão representados como segue:

Descrição	2019	2018
Salários a pagar	4.201.869	4.109.843
Contribuições AFFURJ	3.328	4.859
Mensalidade escolar	71.357	66.880
Provisões para férias	9.185.777	8.904.999
Empréstimo consignado	108.783	112.655
INSS a recolher folha de pagamento	411.570	400.828
IRRF a recolher folha de pagamento	2.301.086	2.121.201
FGTS a recolher	-	689.958
Outros	19.539	41.494
Total	16.303.309	16.452.717

12. Subvenções a realizar

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades prédeterminadas. Posteriormente, a entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando a respectiva documentação à disposição para qualquer fiscalização.

13. Provisões para contingências

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos assemelhados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Movimentação das provisões constituídas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2017	828.000	53.649.817	54.477.817
Constituída durante o exercício Reversão de provisões	59.634 -	-	59.634 -
Em 31 de dezembro de 2018	887.634	53.649.817	54.537.451
Constituída durante o exercício Reversão de provisões	- (451.052)	- (17.841.738)	- (18.292.790)
Em 31 de dezembro de 2019	436.582	35.808.079	36.244.661
Depósitos judiciais relacionados	45.999	1.246.690	1.292.689
Efeito líquido	390.583	34.561.389	34.951.972
Parcela de curto prazo	-	-	-
Parcela de longo prazo	436.582	35.808.079	36.244.661
Em 31 de dezembro de 2019	436.582	35.808.079	36.244.661

Adicionalmente a Instituição tem ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31/12/2019 essas contingências representavam um montante de R\$ 2.138.115.

A Entidade contabilizou a reversão do montante de R\$17.841.738 em seu resultado, na rubrica de despesas tributárias (reversão).

14. Patrimônio Líquido

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial acrescido dos déficits e superávits acumulados desde a fundação da entidade.

O superávit do exercício está sendo mantido em conta específica, enquanto não aprovado pelo Conselho de Administração. Após a sua aprovação, será transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social.

15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida está representada como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

		2018
Descrição	2019	Reclassificado
Receita cursos de graduação	126.501.911	123.077.806
Receita Cursos Graduação EAD	1.189.067	44.197
Receita cursos de educação continuada	3.280.772	3.124.701
Receita cursos de educação continuada EAD	563.935	49.569
Receita cursos de mestrado e doutorado	4.198.694	3.936.747
Receita Colégio da Univille	7.657.256	6.814.807
Receita prestação de serviços	4.970.693	5.106.105
Receita com Locações de Espaços	698.983	801.105
Receita com Serviços Ambulatoriais	68.970	9.820
Repasses convênios, subvenções e voluntariado	2.188.577	2.892.683
Repasses subvenções bolsas de estudo	9.818.575	5.789.424
Academia	1.235.956	1.199.593
Receitas com venda de livros	3.086	5.983
Receitas com venda de apostilas	196.725	464
Outras Receitas	22.710	54.499
AVP de clientes (-)	(176.098)	(108.451)
Receita operacional bruta	162.419.812	152.799.052
(-) Cancelamentos e desistências	(2.689.521)	(1.552.589)
(-) Bolsas de estudo	(3.167.924)	(2.102.040)
(-) Bolsas de Estudos - Assistência Social	(23.675.080)	(23.494.773)
(-) Subvenções de bolsas de estudo	(9.818.575)	(5.789.424)
Deduções	(39.351.100)	(32.938.826)
	123.068.712	119.860.226

16. Outras receitas e despesas

Outras receitas e despesas estão representadas como segue:

Descrição	2019	2018	
Describes com tours	400.007	750.050	
Receitas com taxas	409.937	756.852	
Receitas diversas	246.717	3.417.335	
Receita Honorários de Cobrança	936.986	883.173	
Receitas com patrocínio e alugueis	-	62.000	
Receitas com doações	317.384	54.316	
Receita com venda de ativo imobilizado	11.200	-	
Outras despesas	(100.000)	(2.950)	
Despesa Custas e Honorários de Cobrança	(1.102.709)	(982.625)	
(-) Baixa do imobilizado	(126.848)	(52.130)	
Total	592.667	4.135.971	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Resultado financeiro líquido

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

Receitas financeiras	2019	2018
Rendimentos aplicações financeiras	2.083.028	1.945.591
Receitas com juros e multa por atraso	1.930.220	3.032.888
Outras receitas financeiras	20.311	23.783
Variação cambial e monetária	703	162
Receita financeira de vendas	412.655	79.880
Descontos obtidos	33.344	29.129
	4.480.261	5.111.433
Despesas financeiras		
Encargos financeiros e bancários	(1.691.050)	(1.591.230)
Descontos concedidos	(375.733)	(1.506.818)
Variação cambial e monetária	(19)	(367)
Juros e multas de mora	(11.771)	(2.087)
Juros sobre financiamentos	(315.012)	(150.108)
Despesas cartorárias	(8.550)	(10.628)
	(2.402.135)	(3.261.238)
Resultado financeiro líquido	2.078.126	1.850.195

18. Subvenções

A FURJ concede bolsas de estudo a alunos, que são beneficiados com recursos oriundos de órgãos públicos, também firma convênios com órgãos público e privado recebendo os seguintes auxílios e subvenções:

Descrição	2019	2018
Repasses federais	917.381	945.695
Repasses estaduais	9.474.840	5.857.045
Repasses municipais	479.568	516.293
Repasses privados	999.530	1.236.886
Total	11.871.319	8.555.919

Os valores de repasses recebidos do governo Federal foram aplicados: no Projeto Babitonga Ativa em parceria com o Ministério Público, no Projeto CEO III em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde e Cis Amunesc , Pró-saúde com o Ministério da Saúde, e projeto implantação de um núcleo interdisciplinar de análises físicas, químicas e bioquímicas em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Os repasses Estaduais foram utilizados para concessão de bolsas de estudo (art. 170, art. 171 e PROESDE) para os alunos da graduação de acordo com os critérios de carência estabelecidos nas normas internas da instituição, publicados em editais próprios, no projeto FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), no projeto CCJ/Itapucú com Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Os repasses Municipais recebidos foram utilizados para concessão de bolsas de estudos (Prefeitura de São Bento do Sul) e nos convênios: Disposição e Acesso ao Sistema de Digitação do Acervo Museus, projeto O Enigma de Cid em parceria com a fundação cultural de Joinville, Projeto ECOAPA (Eco sustentabilidade na APA Serra Dona Francisca), Projeto Diagnóstico de Flora e Fauna e projeto Masto Fauna em parceria com Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Joinville, convênio com a SESPORTE, com a Secretaria de Esporte do Município de Joinville, e Projeto CEO III Em parceria com o fundo Municipal de Saúde de Joinville.

Os repasses Privados foram utilizados nos projetos Educação Empreendedora e Cerne em parceria com o SEBRAE, no projeto Toninhas III em parceria com a Petrobrás, projeto Manguezal em parceria com o Ministério Público Federal e Projeto Peiex em parceria com o APEX Agência Brasileira de Promoção e Exportação e Investimentos.

19. Trabalho Voluntário

A Entidade possui adeptos ao trabalho voluntário e os registra conforme orienta a ITG 2002 R1, ou seja, pelo valor justo e em contas de receita e despesa como se devido fosse. No exercício de 2019 foi registrado o montante de R\$ 135.833.

20. Gratuidades concedidas

A Entidade está em pleno gozo da imunidade tributária, garantida pela Constituição Federal de 1988, desenvolvendo diversos programas de natureza assistencial, direcionados, principalmente, às áreas da educação propriamente dita.

O cálculo da gratuidade da Entidade está demonstrado em conformidade com a Lei n. 12.101, de 27/11/2009, alterada pela Lei n. 12.868, de 15/10/2013, e pelo Decreto n. 8.242, de 23/05/2014, com base na proporção de 1/5, ou seja, na proporção de 1 (uma) bolsa integral concedida para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

A demonstração da aplicação em gratuidade na área de educação está apresentada por nível de atuação, conforme disposto no § 1° do art. 13-A, da Lei n. 12.101, de 27/11/2009.

A base de cálculo para a aplicação em gratuidade é o número de alunos pagantes, conforme o inciso III do art. 13, da Lei n. 12.101/2009. Alunos pagantes são o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, conforme o disposto no art. 13-C da referida lei.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o período de 2019 temos as seguintes bolsas aplicadas em gratuidades:

Gratuidade concedidas em número de alunos 2019		2019		
Descrição	Graduação	Colégio	Total	
Alunos matriculados	6.721	776	7.497	
Alunos pagantes	5.312	681	5.993	
Alunos necessários (relação 1/9) (Lei 12.868/2013)	590	76	666	
Alunos necessários (relação 1/5) (Lei 12.868/2013)	1.062	136	1.199	
Bolsas de estudo distribuidas 100%	1.157	85	1.242	
Bolsas de estudo distribuidas 50%	250	110	360	
Total de alunos beneficiados com bolsas de estudos	1.407	195	1.602	

Para o período de 2018 temos as seguintes bolsas aplicadas em gratuidades:

Gratuidade concedidas em número de alunos		2018	
Descrição	Graduação	Colégio	Total
Alunos matriculados	6.708	688	7.396
Alunos pagantes	5.164	580	5.744
Alunos necessários (relação 1/9) (Lei 12.868/2013)	574	64	638
Alunos necessários (relação 1/5) (Lei 12.868/2013)	1.033	116	1.149
Bolsas de estudo distribuidas 100%	1.126	99	1.225
Bolsas de estudo distribuidas 50%	327	78	405
Total de alunos beneficiados com bolsas de estudos	1.453	177	1.630

21. Isenções usufruída das contribuições sociais

De acordo o artigo 40 do Decreto n. 7.237, de 20/07/2010, a entidade faz jus à isenção do pagamento das contribuições para a seguridade social, em atendimento à resolução CFC 1.409/12, item 28, letra "C", calculadas de acordo com os artigos 22 e 23 da Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei n. 8.212, de 24/07/1991.

22. Cobertura de seguros

Os bens da Instituição estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Patrimonial	Campus - incêndio, tumulto, greves, explosão	R\$ 32.500.000	30/05/2019 a 30/05/2020
Responsabilidade civil	Est. ensino , empregador , danos morais	R\$ 1.450.000	30/05/2019 a 30/05/2020

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. O procedimento de auditoria focou na análise das apólices de seguro e a cobertura dos bens previstos pelas mesmas.

23. Operações de arrendamento mercantil

Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) a Entidade optou pela sua adoção no exercício de 2019. Em razão dos critérios de adoção do CPC 06 e materialidade dos contratos, inexistindo impacto representativo a ser demonstrado nas contas patrimoniais em 31/12/2019, a Entidade não promoveu nenhum ajuste em suas demonstrações financeiras.

24. Eventos subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras não foram constatadas e nem é de conhecimento da administração da Fundação, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações financeiras.

Joinville, 31 de dezembro de 2019.

A Administração

Alexandre Cidral **Presidente**

Vanclei Francisco Batista

Contador CRC SC 025.682/O-6